

**Intervenção do Ministro de Estado e das Finanças**  
**Debate sobre o Programa do XXIV Governo Constitucional**

**11 de abril de 2024**

**Srº Presidente**

**Srª e Srs Deputados**

O XXIV Governo apresenta-se aos portugueses com um programa de governo, assente no que foi o programa eleitoral da AD, com o objetivo de uma transformação estrutural da economia portuguesa.

O maior problema que Portugal enfrenta é o fraco crescimento económico destes últimos 25 anos. Entre 2000 e 2024 a economia Portuguesa cresceu, em média, 0.7% ao ano.

Esta falta de crescimento económico teve várias consequências:

Os rendimentos e salários reais praticamente estagnaram.

Os níveis de pobreza e desigualdade mantiveram-se bastante elevados.

As famílias tiveram de se endividar cada vez mais.

O Estado, pese embora tenha cada vez piores serviços públicos, cobra cada vez mais impostos e temos uma carga fiscal cada vez maior.

Portugal divergiu da média da União Europeia e viu vários países do Leste Europeu ultrapassaram-nos em PIB per capita em paridades do poder de compra.

Este baixo crescimento resulta de uma baixa produtividade, dos três fatores: trabalho, capital e produtividade total dos fatores.

Sr Presidente

Srª e Srs Deputados

Um programa ambicioso, mas realista.

Um programa que visa aumentar a produtividade e a competitividade da economia portuguesa e com isso um maior crescimento económico.

Portugal não pode continuar a ser, nos países da Coesão, um dos que menos cresce.

Apenas com crescimento económico será possível gerar a riqueza necessária para aumentar, de forma sustentada e prolongada no tempo, os salários.

Todos os salários.

O Salário mínimo, com o compromisso de atingir, pelo menos, mil € em 2028. E os salários todos, subindo, de forma significativa, o salário médio.

Apenas com crescimento económico será possível gerar os recursos necessários para assegurar a todos os portugueses serviços públicos de qualidade, sem asfixiar em impostos as famílias, sobretudo da classe média, e as empresas.

O nosso programa económico visa reduzir substancialmente ou mesmo eliminar os “estrangulamentos” da baixa produtividade e competitividade da economia nacional.

Reduzir os custos de contexto, a burocracia e a morosidade nos licenciamentos, autorizações e nas muitas regras que dificultam a vida das empresas.

Melhorar a Justiça económica, reduzindo o custo e combatendo a lentidão que os processos em tribunal têm para as empresas.

Apostar cada vez mais nas qualificações e na ligação entre a ciência, a investigação e o Ensino com a inovação e a criação de valor das empresas.

Aumentando a concorrência em diversos setores, reduzindo também desta forma custos para as empresas e famílias.

Tornar o mercado de trabalho mais eficiente e justo, reduzindo a rigidez e segmentação do mercado de trabalho, com elevada taxa de desemprego jovem;

Uma melhoria da eficiência dos recursos públicos, com melhores serviços públicos.

Criar os incentivos para que as empresas portuguesas tenham uma maior dimensão e maiores níveis de capitalização.

Uma economia assente em inovação, investimento produtivo e exportações.

A economia portuguesa, os seus trabalhadores e as empresas têm um enorme potencial.

Sr Presidente

Srª e Srs Deputados

O nosso programa tem um conjunto de reformas de funcionamento e gestão da máquina do Estado:

Uma reforma fundamental, das finanças públicas e da gestão financeira do Estado.

A Reforma Da Governação, Organização e da Prestação do Setor Publico Administrativo.

Um aprofundamento da Descentralização.

Melhorar os serviços públicos, também através da Digitalização e reorganização dos serviços de atendimento da administração pública.

Uma nova política de Recursos Humanos do Estado

Sr Presidente

Srª e Srs Deputados

Como é constatável, o programa económico do XXIV governo vai muito para lá da questão dos impostos.

Mas a reforma do sistema fiscal é um vetor fundamental.

Sim, queremos melhorar o sistema fiscal.

E queremos também reduzir impostos.

O sistema fiscal português apresenta uma complexidade e instabilidade extrema, fruto de um processo de acumulação, ao longo dos anos, de camadas de ajustamentos, alterações e exceções.

O Sistema Fiscal português promove, assim, um enorme desperdício de recursos produtivos, pela exacerbação dos custos de cumprimento, pelas oportunidades de erosão da base fiscal que proporciona, e por via dos enormes custos administrativos e de controlo que requer.

Pretendemos ter um sistema fiscal competitivo, que simplificando o IRC (e os restantes impostos) e criando quadros de incentivos, atraia investimento, mas também potencie a competitividade das empresas. Adicionalmente, tornando a Administração Fiscal mais preparada para lidar com as empresas e menos burocrática.

Sr Presidente

Srª e Srs Deputados

Este governo assumiu como principal prioridade a redução da elevada carga fiscal que as famílias e as empresas hoje suportam.

O elevado esforço fiscal impede a criação de riqueza, atração de investimento, geração de emprego e melhores salários.

Vamos dar prioridade, dentro da margem orçamental que exista nestes 4 anos, em reduzir as taxas de imposto no IRS.

E vamos fazê-lo já este ano de 2024.

Iremos reduzir as taxas do imposto face às de 2023, em linha com o que o PSD tinha apresentado na discussão do OE24 e que foi chumbado pela anterior maioria.

Mas a vertente fiscal em IRS tem também como grande objetivo ser um instrumento de valorização salarial dos nossos jovens.

Sem melhores salários não será possível reter os nossos mais qualificados.

Tal como propomos desde 2022, iremos avançar com uma taxa máxima de IRS de 15%, com exceção do último escalão, para os jovens até aos 35 anos.

Isto reduzirá o que os jovens pagam hoje de IRS para 1/3 desse valor.

Assim, os nossos jovens irão pagar menos 2/3 de IRS face à sua situação atual.

Uma poupança fiscal significativa, que ajudará a melhorar a vida de muitos jovens.

Sr Presidente

Srª e Srs Deputados

Sem crescimento económico e criação de riqueza não será possível às empresas pagarem melhores salários.

Sem aumentarmos fortemente a produtividade não teremos mais crescimento económico.

Para além das diversas medidas na área económica para aumentar a produtividade e a competitividade da economia portuguesa, iremos também criar uma isenção para prémios de produtividade até ao valor de 1 salário.

Para atrair investimento, indispensável para um maior crescimento económico, iremos baixar a taxa de IRC de 21% para 15% em 3 anos.

Esta redução deverá acompanhar a transposição para a ordem jurídica nacional dos trabalhos em curso, ao nível da OCDE e da UE, relativas à garantia de um nível mínimo mundial de tributação para os grupos de empresas multinacionais e grandes grupos

nacionais na União, que se destina a assegurar a tributação efetiva dos lucros a uma taxa de 15%.

Sr Presidente

Srª e Srs Deputados

Este é um programa ambicioso, mas realista.

Assente num princípio basilar, que não é um fim em si mesmo, mas uma condição imprescindível da governação:

Contas públicas equilibradas.

O equilíbrio orçamental e a redução da dívida pública são uma condição fundamental para um desenvolvimento económico e social sustentável.

Nesse sentido, o XXIV Governo é o garante da manutenção de equilíbrio orçamental e de uma trajetória robusta da redução da dívida pública.

O excedente orçamental de 2023 não deve criar falsas ilusões de prosperidade nem alimentar a ideia de que todos os problemas podem ser imediatamente solucionados.

Um excedente obtido num contexto de inflação, com impostos máximos e serviços públicos e investimento público mínimos.

A manutenção de equilíbrio orçamental tem de estar baseada numa economia com maior produtividade e competitividade, geradora de mais crescimento económico.

Isso permitirá reduzir a carga fiscal, sobretudo das famílias e das empresas, e em simultâneo ter recursos para fornecer serviços públicos de qualidade, dignificando o estatuto e as carreiras dos respetivos prestadores.

Devolveremos a esperança e a ambição aos portugueses!

**Muito obrigado!**